a folha

Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias

http://europa.eu.int/comm/translation/bulletins/folha/index.htm

N.º 16 - Primavera de 2004

EDITORIAL 1
CIBERNEOLOGIA (1.ª PARTE) – *Manuel Leal* 2
FALSOS CRITÉRIOS NA BASE DA DETURPAÇÃO LINGUÍSTICA – *Jorge Madeira Mendes* 4
NOVOS ESTADOS-MEMBROS, NOVAS LÍNGUAS – *Paulo Correia* 6
DIRECÇÕES-GERAIS E SERVIÇOS DA COMISSÃO – *Paulo Correia* 8
CASE STUDY: UM CASO BICUDO OU UM BICO-DE-OBRA? – *Augusto Múrias* 10
COMENTÁRIOS, NÃO QUERENDO SER DOUTOR DA MULA RUÇA – *Luís Sabino* 12
O *NÃO* SEGUIDO DE HÍFEN, OU NÃO? – *Miguel Magalhães* 13
CONSTRUÇÃO DE NEGATIVAS COM SUBSTANTIVOS – *Fernando Gouveia* 15
PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS, IDIOSSINCRASIAS CURIOSAS DA LÍNGUA PORTUGUESA – *Augusto Múrias* 15

Editorial

O boletim dos tradutores portugueses das instituições europeias, *a folha*, foi publicado regularmente entre Março de 1993 (número 0) e a Primavera de 1998 (número 15). Até 2001 ainda foram publicados nove números especiais, mas, a partir desse ano, *a folha* deixou de existir. Estes números antigos podem ainda ser consultados no seguinte endereço:
http://europa.eu.int/comm/translation/bulletins/folha/index.htm .

No passado dia 4 de Fevereiro, alguns dos seus antigos autores voltaram a reunir-se para relançar a publicação deste boletim. Desta vez, haverá algumas (poucas) regras diferentes, que foram aprovadas com o duplo intuito de reforçar o seu carácter interinstitucional e de assegurar melhores possibilidades de continuidade e desenvolvimento da publicação. A Redacção passará a ser constituída por um elemento de cada uma das instituições, que se compromete a colaborar activamente no boletim, segundo o princípio de um voto por instituição. Juntamente com a Redacção trabalhará um pequeno grupo de apoio constituído por pessoas com alguma experiência de edição.

A folha continuará a ser aquilo que sempre foi: um boletim despretensioso, que acolhe tanto as reflexões teóricas como os artigos de opinião, sejam eles de vasta fundamentação ou apenas relatos de dificuldades práticas. No entanto, vamos tentar, desta vez, assegurar alguma regularidade de publicação, ainda que espaçada neste primeiro ano, e também uma maior abertura, para abranger outros linguistas das instituições (intérpretes, juristas-linguistas e revisores de provas, por exemplo) e alguns sectores especializados do público mais interessados nas questões da língua portuguesa, sem

esquecer outros funcionários portugueses e lusófonos que queiram participar de algum modo. Resolvemos, nesse sentido, abandonar a designação «boletim dos tradutores das instituições europeias». Assim, *a folha* passa a ser um «boletim da língua portuguesa nas instituições europeias».

Embora seja nossa intenção continuarmos a usar *a folha* para edições especiais, que fixem alguma terminologia acordada entre representantes das várias instituições, este boletim não tem directamente intuitos normativos. Trata-se antes de um espaço para manifestação de opiniões, levantamento de problemas e debate minimamente estruturado entre todos aqueles que se interessam pela língua portuguesa nas instituições europeias. Um dos nossos objectivos primordiais, obviamente, é que desses debates resulte algum progresso em matéria de coerência terminológica e de qualidade redaccional em língua portuguesa.

Ciberneologia (1.ª parte)

Manuel Leal
Conselho da União Europeia

Resumo: Este artigo aborda a utilização do prefixo «e-» em inglês e propõe a sua tradução sistemática em português pelo elemento «ciber».

Verba sequuntur rem, diziam os Latinos. Ou seja, as palavras seguem a coisa. Queriam com isto dizer que, quando se importa uma coisa nova, o respectivo nome vem atrás, como que colado a ela.

Isto sabem os tradutores melhor que ninguém, e mais: a palavra vem na língua original, que hoje em dia costuma ser o inglês, porque é dos países de língua inglesa que vêm as coisas novas. E é aqui que o pobre do tradutor, entalado na interface entre duas línguas, enfrenta o dilema de utilizar o termo original estrangeiro – e ser visto por muita gente como um colaboracionista na invasão da língua inglesa – ou encontrar uma solução alternativa.

Vejamos um caso em que talvez não seja difícil arranjar uma solução alternativa.

O prefixo «e-»

O prefixo inglês «e-» surgiu originalmente na palavra «e-mail», registada pela primeira vez como substantivo em 1982 e como verbo em 1987. Na altura, tratava-se de uma forma conveniente de abreviar a palavra «electronic», podendo por isso considerar-se este elemento como um misto de abreviatura e prefixo. Como acontece frequentemente com as palavras novas, a grafia esteve durante algum tempo sujeita a oscilações - «E-mail», «e-mail», «email» ou «Email»? –, embora tenda agora a cristalizar em «e-mail».

Desde esse longínquo ano de 1982 – em termos informáticos, pelo menos –, o prefixo «e-» revelou-se prodigiosamente produtivo. Numa recolha algo aleatória pela Internet, identifiquei para cima de 120 palavras que o integram, e mais haverá certamente. É verdade que nem todas estas palavras virão a atingir a dignidade de uma entrada nos dicionários. Muitas parecem mais o resultado da imaginação desenfreada de algum publicista hipercreativo e estão provavelmente condenadas a existências fugazes. Mas outras ficaram e muitas outras ainda se lhes seguirão, suficientes sem dúvida para pôr a cabeça em água aos tradutores que se preocupem em as traduzir, e não simplesmente em as reproduzir.

A solução mais simples é exactamente essa: reproduzir simplesmente o prefixo original e acrescentar-lhe a palavra portuguesa traduzida, confiando na argúcia do leitor para identificar o elemento inglês e o seu significado. Esta «tradução» faz-se normalmente mantendo a posição original de prefixo do «e-», como em «e-competências», o que subverte a ordem sintáctica normal do português: a descodificação da abreviatura daria o termo *«electrónicas competências», no mínimo estranho para um falante de português. Mas, no que poderá ser uma tentativa de respeitar a referida ordem sintáctica, encontra-se por vezes também o elemento «e-» como sufixo da palavra portuguesa («competências-e»).

É verdade que o prefixo «e-» e o seu significado já são actualmente identificáveis, pelo menos pelos falantes cultos do português. Se apresentarmos a alguém um termo novo assim constituído, como por exemplo «e-demissão», é provável que o seu significado seja correctamente interpretado (possivelmente como «demissão por via electrónica»). Isto resulta, por um lado, do contacto frequente que muitos falantes já têm com o inglês e, por outro lado, de já estarem vulgarizadas em português várias palavras que recorrem a este artifício, com particular destaque para o «e-mail». Mas esta solução levanta outros problemas.

Problemas do «e-»

Como se deve pronunciar, por exemplo, o prefixo «e-» numa palavra portuguesa? Em inglês, a questão é simples: o «e-» pronuncia-se sempre /i/. Em português, só há duas analogias para o aparecimento isolado da letra «e»: como nome da própria letra, em que se pronuncia /é/, ou como conjunção, que se pronuncia sempre /i/. Daí que a dúvida seja legítima para um falante confrontado com um termo como «e-livro» ou «e-consumidor». Deve ler «i-livro», «i-consumidor» ou «é-livro», «é-consumidor»?

Existe também o problema não despiciendo da cacofonia que pode causar a afixação de um prefixo constituído por uma só vogal, e que portanto acaba por chocar com outras vogais iniciais de palavras, como em «e-economia» ou «e-assinatura» (não é preciso forçar muito a língua para imaginar frases como «a solução é a e-economia», com uma sucessão quase impronunciável de quatro vogais).

Por fim, pode-se mencionar a ambiguidade trazida para a oralidade por elementos homófonos de outros já existentes e mesmo muito vulgares na língua. Quando pronunciado /i/, o prefixo «e-» pode ser identificado com a conjunção coordenativa «e» e quando pronunciado /é/ pode ser confundido com a terceira pessoa do presente do indicativo do verbo ser. Refira-se em abono da verdade que o contexto não permite normalmente este tipo de confusões, mas não é difícil imaginar que esta homofonia possa provocar pelo menos ligeiras hesitações na interpretação das frases.

Proposta de solução

Em 1948, o matemático norte-americano Norbert Wiener publicou um livro intitulado «Cybernetics», em que expunha as suas teorias sobre «O Controlo e a Comunicação no Animal e na Máquina» (o subtítulo do livro). Wiener criou esta palavra a partir da raiz grega «kubern», que designa literalmente o comando ou controlo do leme do navio (daí o francês «gouvernail»). Desta raiz resultou também a nossa palavra «governo» e seus derivados.

Como as teorias cibernéticas vieram a estar na base do desenvolvimento da informática moderna, o termo «cibernético» acabou por ficar associado a tudo o que tivesse a ver com os computadores, embora vários dicionários, com o desfasamento que lhes é habitual, ainda não consagrem esse significado.

Em inglês primeiro, e depois em português, o termo «cibernético» deu origem ao prefixo «ciber», que se veio a revelar extremamente produtivo. Numa recolha rápida na Internet, encontrei os seguintes exemplos: cibernauta, cibernautês, ciberespaço, ciberatrevimento, cibersquatting, cibervIRCiado, ciberacrónimo, ciberadultério, ciberaldrabão, ciberfofoquice, cibercultura, cibersocial, cibersociedade, cibermundo, ciberprogresso, ciberpolítica, ciberdigressão, ciberacontecimento, ciberaventura,

cibernavegação, cibereconómico, ciberpolítico, ciberpunk, ciberdemocracia, ciberjornal, cibercomunitário, ciberorganização, cibercopianço, cibersexo, cibermoda, ciberluta e ciber-homem. E fiquemos por aqui para não nos cibermaçarmos. O prefixo «ciber» já se tornou mesmo parte de nome próprio, através do controverso «Ciberdúvidas».

Há aqui portanto uma analogia bastante grande entre a utilização do prefixo «e-» em inglês e do prefixo «ciber» em português: ambos remetem de um modo geral para o universo dos computadores. Vários autores de língua inglesa consideram mesmo que o prefixo inglês «e-» é o novo «cyber», que, por razões obscuras – eventualmente relacionadas com um certo toque anacrónico resultante da sua antiguidade na língua –, acabou por cair em desuso.

Propõe-se portanto que as palavras inglesas com o prefixo «e-» sejam sistematicamente traduzidas para português mediante a aposição do já consagrado prefixo «ciber». Isto daria, a título de exemplo, as seguintes traduções: «e-cheque» – ciberchеque; «e-bomb» – ciberbomba; «e-card» – ciberpostal; «e-literacy» – ciberliteracia; «e-market» – cibermercado; «e-rage» – ciber-raiva; «e-recruiting» – ciber-recrutamento; «e-stamp» – ciberselo; etc.

Na segunda parte deste artigo, apresentarei uma lista de cerca de 120 palavras inglesas que usam o prefixo «e-» e as sugestões de tradução para português das mesmas com o recurso ao elemento «ciber». Desde já se agradecem todos os comentários, sugestões, críticas ou observações que os leitores queiram enviar para o endereço de meile abaixo indicado.

manuel.leal@consilium.eu.int

Falsos critérios na base da deturpação linguística

Jorge Madeira Mendes
DGT-Comissão Europeia

Com a harmonização (ou melhor, a convergência) entre os diversos idiomas oficiais da União Europeia, tem-se procurado justificar medidas inaceitáveis.

A harmonização poderá ser um acto benigno, se não mesmo desejável, mas não pode ser tomada como critério de primeiro plano. Por outras palavras: esgotados a montante critérios que se lhe oponham, poderá – então e só então – adoptar-se a harmonização linguística como um derradeiro motivo de opção.

Tomemos, para exemplo, o termo *poluição*: além da convergência que seria de esperar entre (algumas) línguas latinas – em francês diz-se *pollution* –, a proposta inglesa, *pollution*, por sinal homógrafa da francesa, vem também a calhar. E quem diria que os obstáculos à generalização do radical proviriam de onde menos se esperaria, de outras línguas latinas? Efectivamente, os italianos estragam o arranjo, que a palavra *polluzione* tem para eles, em geral, uma conotação bastante diversa – de onde terem preferido para a acepção de «inquinamento»... precisamente *inquinamento*. Quanto aos espanhóis, pelas mesmíssimas razões (conotação habitual do termo *polución*), adoptaram *contaminación*. A harmonização foi preterida porque valores mais altos se levantaram.

Ela não pode ser imposta a qualquer preço, implicando a criação forçada de uma espécie de esperanto comunitário que violente estruturas linguísticas consolidadas.

Mas o exemplo de «harmonização» que constitui o maior libelo contra o menosprezo de critérios prioritários reside no termo *clorofluorocarbonos*, que alguns pretendem impor para designar as substâncias químicas normalmente conhecidas nos meios especializados como CFC.

Quem tiver conhecimentos básicos de Química sabe que não existem «carbonos». Existe, sim, um elemento chamado carbono, que, associado a nível atómico com outros elementos, forma substâncias compostas às quais se dão os nomes de carbonatos ou carbonetos (conforme na associação esteja ou não presente o oxigénio). Idênticas considerações se aplicam ao elemento cloro (que forma cloratos e cloretos) e ao elemento flúor (que forma fluoratos e fluoretos). Se as associações atómicas isentas de oxigénio forem simultaneamente de cloro, de flúor e de carbono com os outros elementos, os compostos resultantes designar-se-ão clorofluorocarbonetos.

Ora, em nome de uma pretensa harmonização linguística, fruto da ignorância das mais elementares noções sobre o domínio em questão, impõe-se um disparate simplificativo, os «clorofluorocarbonos», para andar a reboque do que em meios francófonos e anglófonos se começou a propalar (*chlorofluorocarbones* e *chlorofluorocarbons*).

Se nas línguas francesa e inglesa existe ou não incorrecção, não me compete julgar. Debruce-se sobre ela (ou não se debruce) quem de direito. Quanto a mim, preocupa-me o português.

E é no caso dos *clorofluorocarbonetos* que se revela um outro critério perverso, responsável pela perda de rigor: uma alegada «simplificação» (como se, em questões de ciência, se pudesse jamais aceitar semelhante «razão»). Encurtar *clorofluorocarbonetos* para o disparate dos *clorofluorocarbonos* representa a economia de duas letras (*e-t*). Duas letras (duas!), economizadas num total de vinte e uma!!!

A pretensa vantagem (?!) da simplificação não se sustenta, porque há inclusivamente indícios de a *lei do menor esforço* (que presidiria à evolução das línguas) estar a ser substituída por uma *lei da maior complicação*. Em português clássico, correcto e elegante, sempre se disse *dirigir*. Agora, apareceu *direccionar*, com laivos de pedantice. Em vez do simplicíssimo *culpa/culpar*, não há jornalista que se preze que não diga *culpabilidade/culpabilizar*. Onde outrora se construíam *acessos*, passaram a imperar as *acessibilidades*.

E quase se institucionalizaram as frases do género «*um dos assuntos que é polémico é...*». Para além da aberração sintáctica (porque nestas frases só pode admitir-se a forma «*um dos assuntos que são polémicos é...*»), existe aqui uma desnecessária complicação. Escrever com correcção e elegância é também aligeirar o discurso, eliminando os rodeios dispensáveis: «*um dos assuntos polémicos é...*» – e ponto final.

Mas, se é questão de simplificar (não só a linguagem oral como até a escrita de documentos com importância e responsabilidade), passemos todos a falar de *manifs de interesses*. E abandonemos também o antiquado arcaísmo dos «professores universitários», que toda a gente sabe serem *profs de U's*. Nestes casos, haveria um mero problema de deselegância, incomparavelmente menos grave do que o dos *clorofluorocarbonos*.

Jorge-Madeira.Mendes@cec.eu.int

Novos Estados-Membros, novas línguas

Paulo Correia
DGT – Comissão Europeia

[Este artigo foi originalmente publicado na intranet da DGT]

Com o alargamento da União Europeia é provável que passe a haver mais referências aos novos Estados-Membros, incluindo às respectivas unidades monetárias, e às novas línguas oficiais e de trabalho. Faz-se aqui um breve apanhado dos termos relativos a estes países, assim como da ordem protocolar de enumeração de países e línguas.

Quadro 1: Novos Estados-Membros

País	Nome completo	Código ISO [1]	Capital	Gentílico	Adjectivo	Moeda	Código ISO [2]
Chipre	República de Chipre	**CY**	Nicósia	cipriota	cipriota	libra cipriota	**CYP**
Eslováquia	República Eslovaca	**SK**	Bratislava	eslovaco	eslovaco	coroa eslovaca	**SKK**
Eslovénia	República da Eslovénia	**SI**	Liubliana	esloveno	esloveno	tolar	**SIT**
Estónia	República da Estónia	**EE**	Tallin	estónio	estónio	coroa estónia	**EEK**
Hungria	República da Hungria	**HU**	Budapeste	húngaro	húngaro	forint	**HUF**
Letónia	República da Letónia	**LV**	Riga	letão	letão	lats	**LVL**
Lituânia	República da Lituânia	**LT**	Vílnius [3]	lituano	lituano	litas	**LTL**
Malta	República de Malta	**MT**	La Valeta	maltês	maltês	lira maltesa	**MTL**
Polónia	República da Polónia	**PL**	Varsóvia	polaco	polaco	zlóti [4]	**PLN**
República Checa	República Checa	**CZ**	Praga	checo	checo	Coroa checa	**CZK**

[1] ISO 3166, tal como recomendado pelo Secretariado-Geral (SEC(96)1820)

[2] ISO 4217, tal como recomendado pelo Secretariado-Geral (SEC(96)1820)

[3] Vilnius no Código de Redacção Interinstitucional. Alteração sugerida pelo Departamento de Língua Portuguesa da Direcção-Geral da Tradução da Comissão Europeia.

[4] zloti no Código de Redacção Interinstitucional. Alteração sugerida pelo Departamento de Língua Portuguesa da Direcção-Geral da Tradução da Comissão Europeia.

Ordem protocolar de enumeração dos 25 Estados-Membros:

Bélgica; República Checa; Dinamarca; Alemanha; Estónia; Grécia; Espanha; França; Irlanda; Itália; Chipre; Letónia; Lituânia; Luxemburgo; Hungria; Malta; Países Baixos; Áustria; Polónia; Portugal; Eslovénia; Eslováquia; Finlândia; Suécia; Reino Unido.

Quadro 2: Novas línguas oficiais e de trabalho

Código ISO [1]	Designação corrente (PT)
cs	checo
et	estónio
hu	húngaro
lv	letão
lt	lituano
mt	maltês
pl	polaco
sk	eslovaco
sl	esloveno

[1] ISO 639. Os códigos ISO para as línguas escrevem-se em minúsculas; no entanto, por razões de apresentação tipográfica, são também transcritos em maiúsculas.

Ordem das 20 línguas oficiais e de trabalho em documentos em língua portuguesa:

alemão; checo; dinamarquês; eslovaco; esloveno; espanhol; estónio; finlandês; francês; grego; húngaro; inglês; italiano; letão; lituano; maltês; neerlandês; polaco; português; sueco.

Ordem protocolar das 20 línguas oficiais e de trabalho em documentos multilingues:

espanhol; checo; dinamarquês; alemão; estónio; grego; inglês; francês; italiano; letão; lituano; húngaro; maltês; neerlandês; polaco; português; eslovaco; esloveno; finlandês; sueco.

Consultar também o **Código de Redacção Interinstitucional**, nomeadamente os pontos 7.1.1. (Denominações e siglas a utilizar) e 7.2. (Línguas), no endereço (http://publications.eu.int/code/pt/pt-cover.htm)

Paulo.Correia@cec.eu.int

Direcções-Gerais e Serviços da Comissão

Paulo Correia
DGT – Comissão Europeia

[Este artigo foi originalmente publicado na intranet da DGT]

A lista que se apresenta a seguir agrupa os dados relativos aos acrónimos e designações das direcções-gerais e serviços da Comissão Europeia. A lista reflecte a situação em inícios de Março de 2004 e foi aprovada pelo coordenador linguístico e pelos chefes de unidade do Departamento de Língua Portuguesa da DGT.

Acrónimo	Designação completa	Designação simples
SG	Secretariado-Geral	Secretariado-Geral
SJ	Serviço Jurídico	Serviço Jurídico
PRESS	Direcção-Geral da Imprensa e da Comunicação	DG Imprensa e Comunicação
GOPA	Grupo dos Conselheiros Políticos	Grupo dos Conselheiros Políticos
ECFIN	Direcção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros	DG Assuntos Económicos e Financeiros
ENTR	Direcção-Geral da Empresa	DG Empresa
COMP	Direcção-Geral da Concorrência	DG Concorrência
EMPL	Direcção-Geral do Emprego e dos Assuntos Sociais	DG Emprego e Assuntos Sociais
AGRI	Direcção-Geral da Agricultura	DG Agricultura
TREN	Direcção-Geral da Energia e dos Transportes	DG Energia e Transportes
ENV	Direcção-Geral do Ambiente	DG Ambiente
RTD	Direcção-Geral da Investigação	DG Investigação
JRC	Centro Comum de Investigação	Centro Comum de Investigação
INFSO	Direcção-Geral da Sociedade da Informação	DG Sociedade da Informação
FISH	Direcção-Geral da Pesca	DG Pesca
MARKT	Direcção-Geral do Mercado Interno	DG Mercado Interno
REGIO	Direcção-Geral da Política Regional	DG Política Regional
TAXUD	Direcção-Geral da Fiscalidade e da União Aduaneira	DG Fiscalidade e União Aduaneira
EAC	Direcção-Geral da Educação e da Cultura	DG Educação e Cultura
SANCO	Direcção-Geral da Saúde e da Defesa do Consumidor	DG Saúde e Defesa do Consumidor
JAI	Direcção-Geral da Justiça e Assuntos Internos	DG Justiça e Assuntos Internos

RELEX	Direcção-Geral das Relações Externas	DG Relações Externas
TRADE	Direcção-Geral do Comércio	DG Comércio
DEV	Direcção-Geral do Desenvolvimento	DG Desenvolvimento
ELARG	Direcção-Geral do Alargamento	DG Alargamento
AIDCO	Serviço de Cooperação EuropeAid	Serviço de Cooperação EuropeAid
ECHO	Serviço de Ajuda Humanitária	Serviço de Ajuda Humanitária
ESTAT	Eurostat	Eurostat
ADMIN	Direcção-Geral do Pessoal e da Administração	DG Pessoal e Administração
BUDG	Direcção-Geral do Orçamento	DG Orçamento
IAS	Serviço de Auditoria Interna	Serviço de Auditoria Interna
OLAF	Organismo Europeu de Luta Antifraude	Organismo Europeu de Luta Antifraude
SCIC	Direcção-Geral da Interpretação	DG Interpretação
DGT	Direcção-Geral da Tradução	DG Tradução
OPOCE	Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias	Serviço das Publicações
OIB	Serviço de Infra-Estruturas e Logística - Bruxelas	Serviço Infra-Estruturas e Logística - Bruxelas
PMO	Serviço de Gestão e Liquidação dos Direitos Individuais	Serviço Gestão e Liquidação dos Direitos Individuais
OIL	Serviço de Infra-Estruturas e Logística - Luxemburgo	Serviço Infra-Estruturas e Logística - Luxemburgo
EPSO	Serviço de Selecção de Pessoal das Comunidades Europeias	Serviço Europeu de Selecção de Pessoal

Esta lista apresenta algumas pequenas diferenças em relação à lista «Direcções-gerais da Comissão: designações oficiais» do Código de Redacção Interinstitucional e em relação à base IDEA (versão portuguesa). O Departamento de Língua Portuguesa da DGT vai solicitar a uniformização destas duas listas.

Paulo.Correia@cec.eu.int

Case study: Um caso bicudo ou um bico-de-obra?

Augusto Múrias
Parlamento Europeu

Se me perguntassem qual é, para mim, a característica mais marcante da chamada «competência translatória», ou seja, em termos gerais, a competência linguística adaptada ao desempenho de uma adequada actividade de tradução, eu responderia que é a capacidade de compensar certas lacunas sistémicas que existem na língua de chegada (ou de partida), procedendo a decalques ou a adaptações, inspiradas, inclusive, fora do par de línguas em questão. Dito de forma mais simples: é a capacidade de me inspirar, para a minha tradução, na solução consolidada existente na língua de partida ou numa língua diferente do par de línguas envolvido na tradução em causa. É isto o que instintivamente os tradutores fazem quando, por exemplo, se deparam com uma novidade lexical para a qual a língua de chegada tarda em dar uma proposta de correspondência autorizada ou adequadamente consolidada. E acrescentaria ainda que esta característica determinante da competência translatória se desenvolve por excelência no ambiente multilingue dos serviços de tradução da União Europeia e que constitui o alicerce vital da qualidade das traduções propostas nas suas várias línguas oficiais.

Só que ninguém pergunta, ninguém quer saber.

Seja como for, vem isto a propósito da tradução de *«case study»* para português. Porém, antes de confrontarmos as várias propostas de tradução encontradas, procuremos esclarecer o objectivo pedagógico visado por este instrumento de estudo activo. A este propósito, encontrámos na Internet uma explicação muito sucinta, mas suficiente:

> *«Método do caso: Um caso é a descrição de uma situação real, semelhante à que um dirigente encontra na sua vida profissional, que vai servir de base a um processo formativo em (várias) etapas.»*

A mesma Internet sugere uma útil estrutura-tipo para a elaboração de tal estudo:

- *«Apresentação de síntese da situação e formulação do problema: 1 pág.*
- *Análise da situação: 10 – 15 págs.*
  - Descrição técnica completa da situação (diagramas de processos, de fluxos, cálculos de suporte, etc.)
  - A evolução que conduziu à situação actual
  - Os sinais que anunciam problemas
  - Identificação dos problemas específicos
- *Determinação das causas dos problemas: 3 – 5 págs.*
  - Condicionantes externas
  - Condicionantes internas
  - Representação gráfica das causas (por exemplo «diagrama de espinha de peixe» ou de Ishikawa)
- *Conclusões e recomendações: 2 – 5 págs.*
  - Conclusões do estudo
  - Recomendações para a acção
  - Evolução esperada
- *Referências bibliográficas: 0,5 pág.»*

Inúmeras são as combinações que associam os nomes «estudo» e «caso» em formalizações não terminológicas, porque não sintetizadas: *«caso em estudo», «estudo de um caso prático», «estudo no caso de»,* etc.

Entre as propostas de tradução apresentadas, parece predominar *«estudo de caso»* ou *«estudo do caso X»*. Esta proposta evidencia de resto uma forte analogia com, por exemplo, *«estudo de/do impacto»*. Em termos gramaticais, toma como principal referencial o nome «estudo», em relação ao qual «caso» assume a função de atributo:

> *Agenda 2000: as negociações do orçamento comunitário: afinal quem ganhou? (Estudo de caso a publicar no próximo livro de...)*
>
> *A Gestão da Diversidade Curricular - Um Estudo de Caso*
>
> *Estudo do caso do município de Rancho Queimado*
>
> *Bases metodológicas do estudo de caso nacional*
>
> *Estudo de caso; Sugestão: Adoptar a perspectiva de um consultor externo que apresenta um estudo*
>
> *Estudo de casos, Caso 1*

Somos porém confrontados com uma outra proposta, sobretudo na área científico-tecnológica, que aponta para uma perspectiva semântica inversa, e não propriamente para uma noção diferente - *«caso de estudo»*. Toma-se aqui como principal referencial o objecto lógico-semântico de estudo («caso») e como atributo a actividade a que esse objecto é submetido («estudo»). Assim se mantém a mesma sequência formal do termo de origem, *«case study»*:

> *Consolidar os conhecimentos transmitidos através da aplicação prática de UML no desenvolvimento de um pequeno projecto, por refinamento de um caso de estudo usado na exposição teórica.*
>
> *Apresentação do material de Suporte ao Caso de Estudo I*
>
> *Análise de Sistemas : CASO de ESTUDO I - Recolha de Dados*
>
> *Análise do caso de estudo Biotecnol Lda. Farmacêutica*
>
> *Caso de estudo n.º 1 - Estudo do tarifário de venda de energia eléctrica em BTN (Word)*
>
> *Caso de estudo n.º 2 – Consumidor industrial, estudo do tarifário de venda de energia eléctrica em MT (Word)*

Assinale-se que este registo chega a ter honras de abreviatura, o que tem relevância em termos de consolidação do uso:

> *Ficheiro de cálculo anexo ao C.E. n.º 2 – Factura caso de estudo n.º2*

Outra proposta de tradução parece derivar desta última. *«Caso-estudo»* é, do ponto de vista morfológico, uma forma justaposta, que apaga por conseguinte a marcação formal da relação lógico-semântica existente entre os dois nomes implicados, que são «caso» e «estudo»:

> *Caso-estudo: Alqueva / EDIA. Posição oficial EDIA / Estado Português sobre Alqueva.*
>
> *Inicialmente, foi aplicado a um caso-estudo específico - o sector da construção em Portugal - com o objectivo de contribuir para a optimização da análise do desempenho ambiental das organizações do sector da construção e imobiliário,...*

> *O projecto IMS foi, em muitos aspectos, um projecto pioneiro. Tendo em consideração as limitações inerentes a um único caso-estudo, que aliás realçam a importância de se dar seguimento a este trabalho,...*

Falta ainda, claro está, fazer referência à proposta de tradução que consiste na simples reprodução da palavra estrangeira, alternativa esta, de resto, praticada em várias línguas. Obtemos assim a forma *«o case study»* (? pl. *«os case studies»*).

Apresentadas as várias propostas de tradução encontradas, todas susceptíveis de profusa ilustração, poderá concluir-se que apenas o linguista nelas reconhecerá uma diferença formal de relevo. Os especialistas dos demais âmbitos de actividade tenderão, pelo contrário, a menosprezar essas divergências formais, atendendo à inegável semelhança formal que, em última instância, subsiste entre todas aquelas propostas, semelhança formal essa que justamente garante o estabelecimento dum único e mesmo referente.

Nesta situação, torna-se pertinente invocar, como argumento de autoridade, as propostas de tradução avançadas por outras línguas: em alemão, emprega-se *«Fallstudie»,* ou eventualmente o termo mais preciso *«Einzelfallstudie»*, tanto mais que este tipo de estudo incide tipicamente sobre um caso particular. Em francês, parece empregar-se consensualmente *«étude de cas»*. Já curiosamente em italiano a Internet refere maioritariamente o registo *«caso di studio»*, a par de *«studio di caso»* e *«studio del caso»*. O castelhano apresenta, além de *«estudio de caso»*, e para se demarcar da implicação académica do termo «monografia», o termo *«estudio casuístico»*, que, no entanto, remete para uma noção diferente, respeitante ao ramo filosófico da casuística.

A analogia entre *«estudo de/do caso»* e as versões nas línguas referidas confere, assim, mais autoridade a esta versão em português em relação às demais, que, de resto, incidem primeiramente, não sobre a noção de «estudo», mas sobre a de «caso».

amurias@europarl.eu.int

Comentários, não querendo ser doutor da mula ruça...

Luís Sabino
Comité Económico e Social Europeu – Comité das Regiões

Com progressiva frequência, nos textos da UE traduzidos para português, os órgãos, os organismos, etc., têm «responsabilidades» e perdem «competências» e «atribuições». Influência das «responsibilities» do idioma da Velha Albion, decerto, mas utilização incorrecta de termo para que o direito e a tradição jurídica nacional dispõem de terminologia adequada. É verdade que nos habituamos a tudo; mas não deixa de ser censurável a menos consideração que a terminologia jurídica portuguesa, e o modo jurídico de dizer as coisas, recebe aqui e os tratos de polé que lhe são dados. Creio não ser relutante a inovações e à modernidade, mas não reputo vantajoso trazer à colação, sem rigor, termos para designar realidades que já têm um *nomen juris*. Daí que — e posto não ser viável, e sumamente desaconselhável, fazer passar todas a traduções, antes de virem a lume, pelo crivo de experiente e experto jurista — haja que usar cautela na redacção jurídica (afinal a maioria dos textos!), o que, como os caldos de galinha, não faz mal a ninguém e traz proveito a todos. Tudo isto pode ser extemporâneo como a noiva de Arraiolos, até porque o mal já se espalhou pelas aldeias... Mas que fique ao menos aqui, e de novo, esta concitação de almuadem para observância da oração...jurídica.

Sem embargo de, também neste particular, estar a desoras, sempre direi, sem desprimor para os nossos patrícios, compadres ou comadres, que é despautério, que o próprio Van Pauteren menoscabaria, o uso de algo como «se se afigurar necessária uma acção da União(...)» que se pode ler no artigo 17.º do Projecto de Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa. Pelo meu lado, escreveria «sendo necessária...», porque não se me afigura necessário ter coisas complicadas em textos de lei. Como também é inútil lançar mão do verbo «implementar» em vez de aplicar ou executar, como se faz no artigo III-16.º do mencionado Projecto.

Publique-se.
Referendado em 3/3/2004

luis.sabino@esc.eu.int

O *não* seguido de hífen, ou não?

Miguel Magalhães
DGT – Comissão Europeia

[Este artigo foi originalmente publicado na intranet da DGT]

Na sequência de uma questão suscitada por Ana Pais (DGT.B.PT.3)

Surgem com frequência nos textos da Comissão Europeia frases do tipo:

> «*les exigences prévues doivent être transparentes, objectives et* ***non-discriminatoires***»

Verifica-se que nas traduções portuguesas há duas tendências:

1. «*os requisitos previstos devem ser transparentes, objectivos e* ***não-discriminatórios***»
2. «*os requisitos previstos devem ser transparentes, objectivos e* ***não discriminatórios***»

Será que só uma está correcta? Será que significam coisas diferentes?

O «Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa», embora apresente 54 entradas começadas por *não-* [1], considera a questão mais estilística do que gramatical:

> «**não-** *elemento de composição* antepositivo, seguido de hífen; [...]; a explosão, em português, dessa averbação é seguramente provinda da prática que está modernamente a ocorrer (depois de 1945) em francês e inglês, em que o elemento *non* é vivido como prefixo latino, sem conexão semântica e morfológica com os recursos de negação das línguas em causa; a rigor, em português, 'um tratado de não agressão com a Argentina' ou 'um tratado de não-agressão com a Argentina', 'o género não animado em latim arcaico' ou o 'género não-animado em latim

[1] Alguns exemplos: não-agressão; não-alinhado; não-alinhamento; não-aromático; não-assalariado; não-assonância; não-beligerância; não-beligerante; não-combatente; não-conformismo; não-conformista; não-contradição; não-cooperação; não-cumprimento; não-discriminação; não-disjunção; não-engajado; não-engajamento; não-essencial; não-eu; não-euclidiano; não-existência; não-existente; não-ficção; não-fumante; não-holonómico; não-holónomo; não-iluminado; não-intervenção; não-intervencionismo; não-intervencionista; não-ligado; não-localizado; não-metal; não-nulo; não-orientável; não-participante; não-passeriforme; não-periódico; não-proliferação; não-salariado; não-ser; não-singular; não-viciado; não-violência; não-vocálico.

> arcaico' e quejandos demandam dificilmente a compactação morfológica do hífen por motivos funcionais ou semânticos; tal compactação parece mais acentuada no modelo *não + substantivo* do que no modelo *não + adjectivo*; por outro lado, no modelo *não + verbo* ela praticamente inexiste; de qualquer modo a questão parece mais estilística do que gramatical; [...]»

Já a «Gramática da Língua Portuguesa» de Maria Helena Mira Mateus *et alii* apresenta, entre outros, os exemplos:

> Essa situação coloca-nos um problema *não-resolúvel*,
> O pessoal *não-docente* foi convocado para uma reunião especial,

considerando que nestas frases o *não* afecta apenas a palavra (resolúvel/docente). O *não* funciona como afixo, sendo a sua natureza como componente da palavra materializada graficamente pela presença de um hífen. O afixo *não* comuta, por vezes, com prefixos de negação (por exemplo, *ir*resolúvel).

Voltando ao nosso exemplo: está-se ou não em presença de uma enumeração linear de três elementos, cumulativos e, portanto, todos ao mesmo nível (mas em que dois são «positivos» e um é «negativo»)? Em tal caso, a frase 1 («*os requisitos previstos devem ser transparentes, objectivos e não-discriminatórios*» [1] exprimiria essa ideia sem ambiguidade, visto o *não* ter valor de afixo. Já na frase 2 («*os requisitos previstos devem ser transparentes, objectivos e não discriminatórios*») se poderá considerar que o elemento «*não discriminatórios*», por não estar ligado por hífen e não ter, portanto, valor de prefixo, surge não na sequência linear dos outros dois, mas em contraposição/contraste com eles.

Resumindo, parece haver uma tendência para aceitar a inclusão do hífen, embora se reconheça tratar-se de prática moderna influenciada pelo francês e pelo inglês, como aliás acontece com muitos conceitos que são importados para a nossa língua através de especialistas das diversas áreas do conhecimento. Não nos parece, contudo, que a questão esteja suficientemente esclarecida pelas obras especializadas que consultámos [2] para podermos dizer taxativamente que se DEVE usar o hífen. Limitamo-nos assim a dizer que é uma prática que se está a generalizar. E, concordando que, em muitos casos, se trata duma questão mais estilística do que gramatical, parece-nos que se deve utilizar o hífen sempre que se quer enfatizar um conceito, como é o caso de «não-proliferação» [3].

Miguel.Magalhaes@cec.eu.int

[1] Em alternativa: «*os requisitos previstos devem ser transparentes e objectivos e não devem ser discriminatórios*».
[2] Foi feito ainda um teste com o corrector ortográfico FLiP On-line. Alguns exemplos considerados «sem erros»: não-governamental; não-conformista; não-violência; não-alinhados. Alguns exemplos considerados «com erros»: não-conformidade; não-conforme; não-proliferação; não-periódico; não-docente; não-inocente.
[3] Limitação da quantidade (p.ex., de armas nucleares).

Construção de negativas com substantivos

Fernando Gouveia
Tribunal de Justiça

A propósito de «O não *seguido de hífen, ou não?» de Miguel Magalhães.*

Boa análise do problema. Concordo com a sua conclusão, pelo que desde já declaro que só utilizarei o hífen em casos muito especiais. Mas queria ir um pouco mais longe, para denunciar a tendência para o uso e abuso do **não** como forma de construir negativas com substantivos. A praga é tal que leva ao menosprezo do rico vocabulário de compostos com outros prefixos de negação. Alguns exemplos:

- *não cumprimento em vez de* ***incumprimento***
- *não respeito em vez de* ***desrespeito***
- *não existência em vez de* ***inexistência.***

Há outros casos em que o **não** significa a falta ou ausência de qualquer coisa e pode ser substituído, a meu ver de forma mais correcta, pela expressão **falta de** ou por uma construção gramatical diferente. Por exemplo:

«A Comissão imputa ao Estado-Membro a **não transposição** da directiva...». Esta afirmação poderia ser feita com a frase: «A Comissão imputa ao Estado-Membro **a omissão da transposição** da directiva», ou «A Comissão imputa ao Estado-Membro **não ter transposto** a directiva» ou ainda «A Comissão imputa ao Estado-Membro **a falta de transposição** da directiva».

Parece-me que a tendência que assinalei deriva provavelmente de soluções de linguagem técnica (a maior parte das vezes importada) que nem sempre são lógicas do ponto de vista linguístico. Haja em vista outros exemplos da linguagem económica como **crescimento zero**, **crescimento negativo** e muitos outros, que contêm em si mesmos uma contradição.

Fernando.Gouveia@curia.eu.int

Português para Estrangeiros
Idiossincrasias curiosas da língua portuguesa

Augusto Múrias
Parlamento Europeu

O mesmíssimo, a mesmíssima

Já algum falante nativo do português ouviu um estrangeiro, detentor de um assinalável grau de competência na língua portuguesa, empregar o adjectivo *«o/a mesmo/a»* na forma do superlativo absoluto sintético? Permito-me duvidar.

Note-se que não me ocorreria colocar a mesma pergunta em relação a ocorrências como *«*(Ele quer) *precisamente o mesmo»*, *«absolutamente o mesmo»*, *«o mesmo de sempre»*, *«o mesmo do costume»*, *«o mesmo tal qual»* ou *«o mesmo sem tirar nem pôr»*. Estes registos são, passe-se a expressão, banais.

E digo que duvido, porque suspeito fortemente de que esse falante estrangeiro viesse depois a criar formas aberrantes por decalque, como por exemplo, *«o outríssimo»*:

a) Eu não gosto deste fato! Quero o mesmíssimo como ele tem.
*b) *Eu não gosto deste fato! Quero o outríssimo como ele tem.*

A razão que explica a possibilidade de a) e a impossibilidade de b) é, tão simplesmente, que é correcto dizer *«eu quero absolutamente o mesmo»*, mas já é incorrecto dizer *«eu quero absolutamente o outro»*. Facilmente, pelo menos na aparência, poderemos generalizar o emprego do advérbio «absolutamente» para testarmos a viabilidade da formação do superlativo absoluto sintético: *«Este quadro é absolutamente lindo. Logo, ele é forçosamente lindíssimo.»*

Bastará, para explicar convenientemente a possibilidade de a) e a impossibilidade de b), invocar o argumento de natureza gramatical que «o outro» é um adjectivo/pronome indefinido e «o mesmo» não? Ou deverá procurar obter-se uma explicação semântica, através da análise sémica, verificando a compatibilidade ou a incompatibilidade entre determinadas categorias lógico-semânticas distintivas? Concretamente, enquanto que em a) as categorias lógico-semânticas (idêntico) e (intensidade) são compatíveis entre si, já (intensidade) é incompatível com ou estranha às categorias lógico-semânticas (diferente) e (negação), parâmetros estes caracterizadores do significado semântico de «o/a outro/a», uma vez que este vocábulo designa uma entidade diferente do «eu», de quem «outro» é, por conseguinte, a negação.

Porém, pode à partida questionar-se a validade desta explicação, mais a mais que, se é verdade que outros exemplos há que a parecem confirmar -

Ela foi a primeiríssima a cortar a meta.
**Ele foi o terceiríssimo a cortar a meta.*

- já os que se seguem deitam por terra tal tese:

**Ela foi a ultimíssima a cortar a meta.*
(?) Ele foi o derradeiríssimo a cortar a meta.

Uma dificuldade acrescida para o falante estrangeiro a propósito da referida forma do adjectivo «mesmo/a» decorre do facto de ela, à primeira vista, se poder confundir com uma forma nominal. Ressalve-se, porém, que a forma nominal *«o mesmo»,* no exemplo que se segue, em que a aceitabilidade do emprego do superlativo absoluto sintético será questionável, tanto mais que não é usual, é rigorosamente equivalente de *«a mesma coisa»*:

(?) Tanto faz fazer assim ou assado, que vai tudo dar ao mesmo/mesmíssimo.

Naturalmente que um nome nunca é susceptível de admitir um grau. Isso é uma propriedade exclusiva do adjectivo e do advérbio [1]:

** Ele é enfadonho e incomoda sempre os mesmíssimos.*

[1] O leitor mais atento contraporá porém que, sendo isto verdade, não o é inteiramente, como demonstra o exemplo seguinte:

Eu não disse coisíssima nenhuma!

Surge-nos aqui, com efeito, uma forma nominal no superlativo absoluto sintético. Mas isto apenas ocorre em relação a um nome com características muito particulares. «Coisa» é um vocábulo que, em princípio, pode substituir qualquer outro, de tal maneira é vago e abstracto o seu significado.

Já o exemplo seguinte é correcto:

> *Ele é enfadonho e incomoda sempre os mesmos.* [colegas, ...]
> cf. *Ele é enfadonho e incomoda sempre as mesmas/mesmíssimas pessoas.*

Claro que as formas nominais derivadas de um adjectivo podem colocar um caso particular no que diz respeito à possibilidade de formação do superlativo absoluto sintético. Por isso o exemplo que se segue está correcto:

> *Hoje é o dia da finalíssima.*

Seguem-se mais alguns bem intencionados exemplos de colocações típicas da forma *«o mesmo/a mesma»* no superlativo absoluto sintético:

> *Eu estou na mesmíssima situação como tu!*
> *O exemplo de hoje é o mesmíssimo do da última vez.*
> *Está tudo na mesmíssima, nada mudou.*

Forçoso é realçar a expressividade do registo em consideração, o que, de resto, lhe tem ditado e continuará a ditar uma longa vida:

> *Eu diria que esta não é a mesma treta, é, sim, a mesmíssima treta!*

Como já exemplificámos anteriormente, não se pense que o fenómeno linguístico aqui em discussão apenas se concretiza de forma surpreendente no caso do adjectivo «o/a mesmo/a». Nada disso:

> *Ele acaba de cometer uma realíssima calinada.*

E a coisa chega a ser ainda mais grave do que se poderia supor. Só assim se explica o surgimento de uma forma popular de uso consagrado, que excede a forma «grandíssimo», o superlativo absoluto sintético de «grande»:

> *Ele acaba de dizer uma grandessíssima asneira.*

Esta forma antecipa um juízo forçosamente depreciativo. Deixo à livre imaginação do leitor os exemplos característicos do correspondente registo...

amurias@europarl.eu.int

Exoneração de responsabilidade: Os textos incluídos são da responsabilidade dos autores, não reflectindo obrigatoriamente a opinião da Redacção nem das instituições europeias.

Redacção: Renato Correia (PE); Manuel Leal (Conselho da UE); Raul Reis (SPOCE); Fernando Gouveia (TJCE); Paulo Correia (Comissão); Manuel Silveira (CESE-CR)

Grupo de apoio: Susana Gonçalves (Comissão); Hilário Leal Fontes (Comissão); Miguel Magalhães (Comissão); António Mendes da Costa (Conselho da UE); Nuno Morais (Comissão)

Envio de correspondência: dgt-folha@cec.eu.int

Endereço Internet: http://europa.eu.int/comm/translation/bulletins/folha/index.htm